

Julgamos, aliás, que o próprio D. António Barroso deu sinais claros de ter percebido o quanto os seminários eram um legado que lhe fora entregue. A melhor prova são provavelmente os estatutos de 1901. O bispo optou por reimprimir, com ligeiras actualizações, os estatutos de 1891, dizendo-se, em provisão apenas aos mesmos, na continuidade da obra do seu antecessor<sup>34</sup>.

Nem só o futuro clero mereceu a atenção do prelado. São múltiplas as diligências relativas aos presbíteros que se encontravam ao serviço da diocese, na exigência dos exames para a concessão de licenças e provisão dos benefícios, na atenção à disciplina de vida e na resolução dos casos mais graves com que se deparou. São iniciativas frequentes, mas sem o veio reiterado e orgânico que marcou a sua atenção ao seminário.

Sublinhámos os aspectos mais importantes do legado pastoral de D. Américo. Este não representa, porém, um todo harmónico. Em contra luz, emerge no seu episcopado um défice de proximidade aos fiéis e de vigor apostólico, e um consequente conhecimento apenas administrativo da diocese. Neste sentido, configura um hiato entre D. João de França Castro e Moura e D. António de Sousa Barroso, bispos a quem não faltou o zelo missionário. Tal limite encontra-se bem patente no facto de D. Américo não ter chegado praticamente a empreender a visita pastoral, malgrado a tivesse prometido dias depois da sua entrada na diocese<sup>35</sup>. É certo que a saúde, a partir dos anos oitenta, começou a escassear e que, durante os anos noventa, se agravou significativamente. Já antes, porém, deixara perceber que o seu estilo fidalgo não se coadunava com a missão de calcorrear a extensa diocese. O seu legado pastoral vale, todavia, pelo restante: pela adaptação, por vezes ambígua, ao ambiente liberal, mediando alguns aspectos relativos à questão religiosa; pelas suas preocupações caritativas e sociais vividas em comunhão com o movimento católico e com o emergente catolicismo social, e sobretudo pelo legado dum clero bem formado e de dois seminários preparados para prosseguir a tarefa.

ADÉLIO FERNANDO ABREU

<sup>34</sup> Cf. *Estatutos Provisorios dos Dous Seminários Episcopais de Nossa Senhora da Conceição da Cidade do Porto e de Nossa Senhora do Rosário dos Carvalhos*, Porto: Typ. catholica de José Fructuoso da Fonseca, 1901. Os estatutos de 1891 eram uma reedição dos de 1884, que adaptavam para os dois seminários, os de 1872.

<sup>35</sup> Provisão de D. Américo, 26 de Setembro de 1871, AEP, *Cardeal D. Américo Pastorais (1871-1899)* [pasta não classificada], *Pastorais Provisões e Circulares 1871-1890*, n. 3.

## Decadentismos finisseculares itocentistas: Augusto de Castro e Amadeu Cunha, entre experiências, saudades e revisionismos \*

« (...) o testemunho não é a narrativa desprendida de um observador que enumera ou de um sábio que desmonta, mas uma comunicação, um esforço apaixonado no sentido de transmitir aos outros, que contribuem para a História, a sua própria emoção da História»

Philippe Ariès, *O Tempo da História*

1. Como facilmente se reconhecerá, depois de feito em 1881, por Oliveira Martins, nos dois volumes do seu *Portugal Contemporâneo*, «o balanço da vida social portuguesa de 1826 a 1868», a esse documento-balanço da sociedade romântica vão seguir-se, em termos de Cultura Portuguesa, longos «anos de sobrevivência» do Romantismo<sup>1</sup>.

Essa sobrevivência de um século XIX que se prolonga pelo Século XX português adentro, não apenas na sempre invocada «dimensão negativa» de

\* Este texto é uma adaptação da comunicação que apresentamos ao Colóquio Internacional «O Outro Século XIX», realizado na Universidade de Wisconsin-Madison, USA (21 a 23. 4. 2005), sob o título *Augusto de Castro (1883-1971) e Amadeu Cunha (1878-1963): do decadentismo de fim de século aos compromissos com o Estado Novo*.

<sup>1</sup> José-Augusto FRANÇA, *O Romantismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1993, pp. 537, 551 e sgts.

«estertores finiseculares»<sup>2</sup>, está suficientemente definida e caracterizada – em amplitude e exemplos – por José-Augusto França, nomeadamente na análise ao panorama das artes plásticas lusas e dos «autores e leituras» em consagração nos anos vinte do passado século<sup>3</sup>, para que tenhamos necessidade de o enfatizar. Efectivamente, na linguagem – dificilmente contestável – deste prestigiado académico, republicanos e saudosistas, integralistas, nacionalistas e modernistas, todos eram afinal «ramos contraditórios dum romantismo não confesso ou envergonhado»<sup>4</sup>...

Ninguém se admirará pois com a cronologia de duas personalidades aqui convocadas – Augusto de Castro (1883-1971) e Amadeu Cunha (1878-1963) – para, em fase já madura de suas vidas e gozando de notoriedade literária, pela mão e pela retina de ambas, nos entregarmos a uma curta mas – se possível – útil, gozosa e compreensiva revisitação do século e do meio em que se geraram. A escolha é fácil de perceber: não se deve apenas – evidentemente – ao facto de a actividade literária de ambos estes escritores se iniciar no decurso da centúria de oitocentos. É que estes dois fraternais amigos, hoje muito insuficientemente conhecidos e valorizados, apesar de na sociedade portuguesa de então terem conhecido tempos de prestígio e influência, são justamente como autores – acima de tudo –, bem adentro do Século XX, belo exemplo de reivindicada «memória» e mesmo fidelidade a magistérios e tendências oitocentistas, neste caso principalmente bebidas – declarada e assumidamente – na cidade natal de ambos, o burgo portuense, tardia e vivazmente romântico.

2. Efectivamente, estas duas personalidades, que o meio social de origem e formação juvenil e uma estreita amizade uniram indelevelmente, ambas viveram as suas primícias literárias e profissionais na cidade do Porto, passando depois à capital, a mais altos voos. A obra de ambos facilita exactamente uma reconstituição dos ambientes sócio-culturais do Porto literário de fins do Século XIX e princípios do Século XX em que ambos se criaram.

Nascido a 11 de Janeiro de 1883, Augusto de Castro Sampaio Corte-Real formava-se em Direito em Coimbra, em 1903, e, com apenas vinte anos, ao mesmo tempo que abria banca de advogado na Cidade Invicta,

<sup>2</sup> Cf. Bernardo Pinto de ALMEIDA, *Pintura Portuguesa no Século XX*, Porto, Lello Ed., 1996.

<sup>3</sup> Cf. José-Augusto FRANÇA, *Os Anos Vinte em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença, 1992, principalmente 1.ª Parte, Caps. V, VI, pp. 117-168.

<sup>4</sup> José-Augusto FRANÇA, *O Romantismo em Portugal*, ed. cit., p. 564.

passava a dirigir o diário *A Província*, no qual havia pontificado Oliveira Martins, seu fundador<sup>5</sup>. Ainda no Porto, ele próprio fundou e dirigiu a *Folha da Noite*, mas jovem deputado eleito pelo Partido Progressista, outra instituição à qual o ilustre historiador ligara o nome, transferiu-se para Lisboa, assim encetando nova e promissora etapa no seu trajecto biográfico.

Em Lisboa foi redactor principal do *Jornal do Comércio* e cronista de *O Século*. De 1912 a 1922 foi professor no Conservatório Nacional. Já de antes fora admitido como sócio na Academia Real das Ciências e se estreara como dramaturgo. Quando em Lisboa, no teatro D. Amélia, na noite de 18 de Fevereiro de 1910, um escolhido grupo de dezasseis actores levou pela primeira vez à cena *Vertigem*, drama amoroso de entreccho burguês e alfacinha, em quatro actos<sup>6</sup>, no anterrosto impresso desta peça já gostosamente se lembravam os títulos de outras três, anteriores, que então constituíam o «teatro de Augusto de Castro»: *Caminho Perdido* (1906), *Amor à antiga* (1907) e *Chá das Cinco* (1909). Viriam depois *As nossas amantes* (1912), *A Culpa* (1918) e *Amor* (1934).

Em Março de 1924 o escritor iniciou brilhante carreira diplomática: foi nomeado ministro plenipotenciário em Londres, donde transitou para a Santa Sé, Bruxelas, Quirinal, e de novo Bruxelas. Participou em diversas conferências internacionais e, durante a sua permanência em Roma (1924-1929), concluiu com a Cúria os acordos de 1928 sobre o Padroado Português do Oriente<sup>7</sup>. São desses anos de diplomacia as elegantes “crónicas” que reuniu num belo e vivido «livro de evocações»: *As mulheres e as cidades* (Lisboa, 1928).

Já em 1921 se deslocara ao Vaticano, ficando-lhe viva impressão da audiência havida de Bento XV, na formosa sala da Biblioteca Privada<sup>8</sup>. Em Portugal, nas hostes eclesiais – em cujo seio e movimentos se integravam ele e o seu amigo Amadeu –, por esses críticos anos da sobressaltada e apaziguadora presidência do Dr. António José de Almeida, fazia-se já sentir a

<sup>5</sup> A maioria dos dados biográficos – sumários – aqui referidos constam de Barradas de OLIVEIRA, *Augusto de Castro*, in Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Vol. 4, Lisboa, Verbo, cols. 1456-1457.

<sup>6</sup> Porto, Magalhães e Moniz Editores, 1910.

<sup>7</sup> Como plenipotenciários, assinaram esse acordo o Dr. Augusto de Castro e o Cardeal Pedro Gasparri. Segundo indicações do Arquivo da Legação Portuguesa Junto da Santa Sé, em Roma, o diplomata português residiu em Via Nomentana, n.º 10-A e n.º 68-A (José de CASTRO, *Portugal em Roma*, Vol. II, Lisboa, 1939, p. 367).

<sup>8</sup> Cf. Augusto de CASTRO, *As mulheres e as cidades*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, 1928, p. 183.

plena assimilação da velha doutrina do *ralliement*, de Leão XIII, e, beneficiando da normalização institucional e da clarificação política do Estado Português face à Santa Sé, durante o consulado sidonista, viviam-se tempos de manifesta «recuperação» católica<sup>9</sup>.

Anos mais tarde, muito significativamente, recordará, fascinado, a figura de Monsenhor Achille Ratti, sucessivamente prefeito das Bibliotecas Ambrosiana de Milão e Vaticana, núncio na Polónia e arcebispo de Milão, Papa Pio XI desde 6 de Fevereiro de 1922. Contemplando o «herdeiro» da tradição eclesial «rediviva», no alto da sua *sédia gestatória* ou prostrado em oração, Castro dir-se-á capaz de ver todo um «surpreendente cortejo de vinte séculos de História e de Fé», enchendo os seus «olhos deslumbrados». É em *A Basílica de Fogo*, texto belíssimo, de comovida reconstituição das solenes cerimónias de beatificação de Teresa de Lisieux, que se poderá encontrar a evocação da pompa litúrgica e unção religiosa dessa manhã «de rosas», por si vivida em S. Pedro, em Maio de 1925.

Augusto de Castro foi impulsionador do I Congresso da Imprensa Latina, em Lyon, em 1923, uma iniciativa a ter fértil continuidade. Todavia, em posterior sintonia com os grandes objectivos nacionais e propagandísticos do Estado Novo, em cujo seio convergiria com o labor do seu dilecto amigo Amadeu Cunha, há-de ficar sobretudo bem reconhecido o papel por si desempenhado enquanto organizador da grande Exposição do Mundo Português (1940).

Em 1942 regressou à actividade diplomática, sendo, em 1945 nomeado ministro plenipotenciário em Paris, certamente tanto em razão de méritos pessoais quanto da sua ardente francofilia e identificação pessoal com «calvário» da França, aquando da sua recente «subjugação»<sup>10</sup>.

O «vício» dos jornais acompanhou-o sempre, antes e depois do 28 de Maio: foi director do *Diário de Notícias* desde 1.6.1919 a 29.3.1924, de 21.6.1939 a 28.1.1945, e depois de 13.8.1947, após a referida enviatura a Paris. Colaborou em diversos outros periódicos e, em 20.3.1939, ainda

<sup>9</sup> Cf. Armando Malheiro da SILVA, *Os católicos e a «República Nova» (1917-1918): da «Questão Religiosa» à mitologia nacional*, «Lusitania Sacra», 2.ª Série, Tomo VIII/IX (1996/1997), pp. 385-499.

<sup>10</sup> Essa francofilia cultural afirma-se a cada passo na obra do diplomata. Aquando da primeira deflagração mundial, sentia «os fastos da guerra como uma das páginas de mais heróica afirmação da vida da França» (*Fumo do meu cigarro*, Lisboa, 1916, pp. 63-64), e, aquando da Segunda Guerra, sofria «O drama da França», vendo «nos valores ideais» desta cultura «um dos grandes patrimónios humanos» e «um crédito espiritual imenso e inextinguível no Mundo» (*Viagem no meu jardim*, Lisboa, 1943, pp. 237-243).

lançou e dirigiu em Lisboa o jornal *A Noite*, que apenas durou escassos três meses.

Desta rica experiência de vida, Augusto de Castro transportaria para os seus livros, nos quais reúne crónicas e reportagens ou textos de ficção (contos, novelas), uma finura de observação e uma desenvoltura mundana e cosmopolita efectivamente então premiadas pelo aplauso público, como nomeadamente se vê das várias edições feitas, e outrossim sublinhadas pelo «olho clínico» de alguma da mais exigente crítica dos nossos dias<sup>11</sup>.

Depois de uma criativa e afanosa juventude, em boa parte escoada nas tertúlias e nas redacções de jornais do Porto, também Amadeu Cunha fixou residência em Lisboa, já que casou com D. Raquel Cerveira de Albuquerque e Castro, distinta e nobilíssima senhora da capital.

Não se afastará do jornalismo e os seus amigos continuarão a ser, predominantemente, jornalistas e escritores. Assim – um mero exemplo – por altura da estreia em Lisboa da *Vertigem*, do seu «querido» e «fraternal» Augusto, também Afonso Lopes Vieira ofereceria com dedicatórias de cordial consideração e estima a Amadeu Cunha, da mesma idade e por certo com ele comungando de um nacionalismo neo-romântico geracional, um exemplar de *O Povo e os poetas portugueses*, conferência por si proferida no Teatro D. Maria II, e, passado algum tempo, um outro do *Monólogo do Vaqueiro*, de Gil Vicente, por si vertido e adaptado do castelhano para representação no mesmo teatro, obras cujo produto reverteria a favor da subscrição nacional para a Escola-monumento João de Deus, em Lisboa.

Em Lisboa, entre outros títulos, será Amadeu Cunha colaborador do *Diário de Notícias* e redactor do jornal *República*. Até que ponto se manifestava aqui, tal como em Augusto de Castro, um genuíno demo-liberalismo, de raiz familiar e tripeira, aparentemente de fácil detecção, sabendo-se que também ele, depois do 28 de Maio, ingressará nos programas da «política do espírito» do Estado Novo?

Será parcialismo redutor e «moralismo» falaz continuar a insistir – genericamente – na «traição dos intelectuais» à Primeira República, sem um esforço de compreender o processo ideo-político e cultural em curso, depois do 5 de Outubro.

A verdade é que o caldo de cultura oficial do positivismo viera atrasado em relação à hora europeia, na qual se manifestavam novas e palpantes filosofias de moda, no sentido do vitalismo, do intuicionismo e de

<sup>11</sup> José-Augusto FRANÇA, *Os Anos Vinte em Portugal*, ed. cit., p. 140.

um renovado espiritualismo, as quais desde cedo ganharam larga audiência e aceitação entre nós, sobretudo nos sectores intelectuais mais jovens <sup>12</sup>.

Na certa observação de Augusto de Castro, «o homem do século 19», o homem da «Belle Époque», morrerá, principalmente mercê da primeira deflagração mundial <sup>13</sup>. Um universo radicalmente novo então se abrirá, e... cumpria agora criar o homem do balbuciente Século XX, «dar-lhe no mundo, com as ilusões do nosso tempo, um horizonte humano para ele viver» <sup>14</sup>.

A geração de Manuel de Arriaga e Magalhães Lima, geração de «cabeleiras espessas», «eloquência tribunícia» e «exaltação humanitária» desaparecera. Com tal «pleiade de gaforinas eloquentes», «uma época de ilusões literárias», «quimeras internacionais» e «cosmopolitismo romântico» findara. Em 1934, as referidas «ilusões» estavam reduzidas a um «encanto» fundamentalmente «histórico». Mas, mais importante, reconhecia-se que, em devido tempo, essa geração já não tinha sido sequer capaz de empolgar a «céptica mocidade» que Augusto de Castro e Amadeu Cunha haviam então sido e representado <sup>15</sup>...

Não temos dúvida de que, à maneira de Augusto de Castro <sup>16</sup>, durante a Primeira Guerra – no quadro de um temperado e liberal republicanismo, e em nome da «alma latina» e da latinidade –, Amadeu Cunha tenha acompanhado «emotivamente» a causa que os aliados defendiam nas trincheiras, terçando armas contra a argumentação de sectores germanófilos portugueses.

É todavia certo também que, findo o conflito, nos países latinos, a ideia de *renascimento* que ia fazendo caminho, tendia a questionar e transcender o figurino demo-liberal, uma realidade entre nós renunciada pela experiência sidonista e por uma intensa doutrinação integralista, contribuindo para que, naturalmente, muitos elementos das novas gerações intelectuais fossem desertando da república velha <sup>17</sup>.

<sup>12</sup> Devem ponderar-se as judiciosas informações e observações que a este propósito expende Rui RAMOS, *A Segunda Fundação (1890-1926), História de Portugal* (dir. de José Mattoso), Vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

<sup>13</sup> Com muita pertinência, Augusto de Castro enfatiza particularmente que «a propagação dos chamados “nacionalismos” políticos, económicos e literários» do pós-guerra era a «consequência, o sintoma, o resultado da destruição de todas as “ideias universais” que até 1914 governavam os homens» – *Imagens da Europa*, Lisboa, 1936, p. 49.

<sup>14</sup> *Imagens da Europa*, ed. cit., p. 55.

<sup>15</sup> *Imagens da Europa*, ed. cit., p. 155.

<sup>16</sup> Cf. *O fumo do meu cigarro*, ed. cit., pp. 95-99.

<sup>17</sup> Cf. Ernesto de Castro LEAL, *António Ferro, Espaço Político e Imaginário Social*, Ed. Cosmos, Lisboa, 1994, pp. 157-166.

Como de si próprio e de Hipólito Raposo disse António Sardinha <sup>18</sup>, as letras conduziam estes jovens à política, e o seu nacionalismo, de estético, tornava-se político. Charles Maurras (cujo nome chegara a figurar entre os colaboradores da revista *Arte*, dirigida por Eugénio de Castro e Manuel da Silva Gayo), tornara-se importante suporte teórico deste sector restauracionista. Por outro lado, como é bem sabido, entre os intelectuais ligados à aventura da revista *Orfeu*, manifestava-se fascínio por Gabriele D'Annunzio (admirador de Junqueiro e Eugénio de Castro) e pelo vanguardismo de Marinetti. Todos, afinal, punham então os olhos nas «revoluções nacionais» europeias, em busca de alternativa a uma alegada falência do sistema político vigente <sup>19</sup>.

Em 14 de Fevereiro de 1924 tinha início em Lisboa o II Congresso da Imprensa dos Povos Latinos, significativo evento para cuja realização contribuiu o entusiasmo de Augusto de Castro. Era então difícil separar o entusiasmo pela latinidade da geral simpatia com que, nos sectores nacionalistas, se acompanhava em Portugal a experiência italiana <sup>20</sup>...

Todavia, os nossos autores, que haviam conhecido Carlos Malheiro Dias no Porto (era apenas três anos mais velho que Amadeu Cunha) e que verão nele «o último grande romântico», uma espécie de admirado descendente de Oliveira Martins e Camilo <sup>21</sup>, tinham aderido ao seu magistério moral e literário, e por isso comungavam de idêntica simpatia pela obra de António Nobre, bem como pelo sentido da *Exortação* dirigida, em Maio desse mesmo ano de 24, «à Mocidade» de Portugal: recusavam o intelectualismo racionalista e positivista, vindo do passado, mas, temendo-se de «certo ideal físico da vida», «divinização da força» e recentes formas de «paganismo social», apontavam outrossim para «a restauração das élites sob a base duma estrutura moral de índole e essência nítida e puramente cristãs» e para «a reintegração duma civilização fundada sobre o advento e a força das “massas” na grande tradição espiritual do Ocidente» <sup>22</sup>.

<sup>18</sup> *Ao ritmo da ampulheta*, Lisboa, 1978, p. 149.

<sup>19</sup> Cf. Raul MORODO, *Fernando Pessoa e as «Revoluções Nacionais»*, Ed. Caminho, Lisboa, 1997.

<sup>20</sup> Ernesto de Castro LEAL, *op. cit.*, pp. 49-50. Isto mesmo se patenteia num conhecido artigo de Augusto de Castro, intitulado *O Destino Imperial de Roma*, altamente elogioso para com Mussolini, «na história dos últimos séculos da Itália o mais romano dos seus chefes». Primitivamente escrito em italiano e publicado num jornal de Roma, «foi reproduzido em quase toda a imprensa italiana e, mais tarde, numa edição dum milhão de exemplares distribuídos pelas escolas e estabelecimentos oficiais e afixados nas ruas das principais cidades de Itália» – *Imagens da Europa*, ed. cit., p. 38.

<sup>21</sup> Augusto de CASTRO, *Viagem no meu jardim*, ed. cit., pp. 157 e 161.

<sup>22</sup> Augusto de CASTRO, *Viagem no meu jardim*, pp. 66 e 69.

A crise política e económica da I República, a ameaçadora instabilidade internacional e o 28 de Maio, filho ainda de uma república ciosamente valorizadora dos desígnios coloniais de Portugal, conduziram à redefinição nacionalista do paradigma colonial, de que o Acto Colonial de 1930 se tornou cristalização e símbolo<sup>23</sup>. Amadeu Cunha, já ultrapassada a umbreira dos cinquenta anos e com créditos firmados no mundo do jornalismo<sup>24</sup>, é um desses intelectuais que se identifica com as propostas «regeneradoras» do Estado Novo, nomeadamente na sua vertente ultramarina.

Com Armindo Monteiro sobraçando a pasta das Colónias (1931-1935), a Agência Geral das Colónias, anteriormente criada, foi dotada de serviços e meios que lhe permitissem tornar-se um forte instrumento de propaganda e cultura ao serviço de uma mentalidade colonial renovada, no quadro institucional agora vigente. Nessa estruturação de serviços, coube a Amadeu Cunha a chefia da Divisão de Publicações e Biblioteca, cujo labor pode ser calculado ao compulsarmos o *Catálogo Bibliográfico da Agência Geral das Colónias* (Lisboa, 1943), por si organizado, e onde se espelha a actividade de publicações da Agência até essa data.

Em 1934 tinha lugar a Exposição Colonial, realizada no Porto, e começava a publicar-se *O Mundo Português*, revista destinada a contrariar «cépticos, desanimados e descrentes» de anteriores gerações e a mostrar «à larga mocidade das nossas escolas de aquém e além-mar» a certeza de que, vinda de glorioso passado, dispunha ainda «dos elementos precisos para construir próspero e prestigioso destino». Amadeu Cunha integrar-se-ia nesta dinâmica de mentalização imperial, para cujo êxito, desde 1933, cooperavam a Agência Geral das Colónias e o Secretariado de Propaganda Nacional.

A partir de 1935, o nome de Amadeu Cunha passa a figurar, como colaborador e autor individual na «Colecção Pelo Império», da Agência Geral das Colónias, colecção de evidente sentido nacionalizante, comemorativista e

<sup>23</sup> Cf. Fernando ROSAS, *Estado Novo, Império e Ideologia Imperial*, in «Revista de História das Ideias», Vol. 17 (1995), pp. 19-32. O forte centralismo metropolitano consagrado no Acto Colonial, e reflectido na Carta Orgânica do Império Colonial Português e na Reforma Administrativa Ultramarina de 1933, suscitou também – naturalmente – oposições. Sobre esta matéria cf. Armando B. Malheiro da SILVA, *Norton de Matos e a oposição à política colonial de Salazar*, in «Revista de História das Ideias», Vol. 17 (1995), pp. 349-404.

<sup>24</sup> Além de muitas colaborações dispersas nos jornais, traduziu para o teatro *A Virgem Louca*, de Henry Bataille, e *A Pista*, de Victorien Sardou. Entre tantos livros oferecidos, de autores conhecidos, que foram parar à sua biblioteca pessoal, em 1938 Marcelo Caetano oferece-lhe, com dedicatória, um exemplar de *O Sistema Corporativo*.

pedagógico. Na condição de autor, cumpre lembrar *Mouzinho* (1935-1936), *Jornadas e outros trabalhos do missionário Barroso* (1938), *Nas vésperas da Descoberta, 1481-1486* (1939), *Sertões e fronteiras do Brasil* (1945), livros de boa concepção gráfica, aligeirados de erudição e de leitura atractiva, mas sem perda de valor informativo nem ocultação de fontes, capazes de manterem ao mesmo tempo interessado nas suas páginas o estudioso e o leitor comum, mercê de rara combinação de envolvimento afectivo e ática sobriedade de estilo. A edição de estudos, fontes e catálogos por ocasião das grandes exposições do regime, são outra vertente do ingente trabalho de Amadeu Cunha.

Em 1951 continuará a escrever do seu posto, na desde então designada Agência Geral do Ultramar. Promovendo a Agência, nesse ano, uma *Exposição de Arte Sacra Missionária* nos claustros dos Jerónimos, Amadeu Cunha entenderá publicar umas «notas» a propósito deste evento, sob o título *Ano Santo, Arte e Missionaçã*<sup>25</sup>. Em 1954 pequena “reincidência” de notas brasileiras: *S. Paulo e sua estrepitosa História*<sup>26</sup>. E às portas duma sua primeira remodelação – em 1957 – a instituição não teria dispensado a colaboração do escritor, então quase octogenário e condecorado com a Ordem do Império.

3. De que «ramos contraditórios» de romantismo tardio tinham vindo estes dois escritores, unidos em similar destino e em «velha, sempre dedicada e generosa estima d'irmãos», desaguar no serviço público do país do Estado Novo?

Eles próprios o dirão.

Antes de mais, vêmo-lo pelas suas próprias evocações, tinham consciência de terem pertencido «a uma geração intoxicada de literatura até aos ossos».

Agora, em plenos anos trinta de novecentos, podiam ironizar com as radicais transformações da sociedade, sobretudo depois do «dilúvio» da Primeira Guerra. Mas faziam auto-ironia, porque se sentiam solidários com os finais do século XIX, de onde vinham. Com um «mundo novo», nascera «a alegria do músculo, da vértebra, o prazer da má educação, uma simplificação da vida que se manifesta[va] «em tudo – nas mulheres, no sport, na indiferença sentimental pelo amor, no entusiasmo pelo ar livre, na emancipação

<sup>25</sup> Separata do n.º 318 do «Boletim Geral do Ultramar»; 19 pp.

<sup>26</sup> Separata do n.º 344 do «Boletim Geral do Ultramar»; 18 pp.

sexual da juventude». E continuava gracejando Augusto de Castro: «Proclamou-se o jazz-band, destronou-se o fraque, inventou-se o cinema, proclamou-se, entre os direitos do homem, o direito à ignorância, aboliu-se a velhice, esteve quase a abolir-se a mulher – e o amor, que ontem era um jogo reservado de alcova e de salão, passou a ser uma espécie de foot-ball entre os dois sexos em que quem dá mais pontapés é quem ganha». Para concluir: «se esta reacção do instinto, da força, da alegria, da mobilidade não tem vindo, até que exageros de convencionalismo, de artifício, de inquietação literária, de histerismo feminino, não teríamos nós, cerebrais e emotivos, impenitentes libertinos da imaginação, levado o mundo?»<sup>27</sup>. Efectivamente, pensando na sua geração, escrevia o diplomata, sem que a ironia abafasse totalmente a realidade sentida:

«A literatura tinha-nos apodrecido física e moralmente, não apenas na vida sentimental, mas em todos os aspectos da energia humana. O lirismo tinha invadido até a política. A guedelha, as olheiras, a enfase, a intriga sentimental, a libertinagem sensual dominavam espiritualmente. Romantismo? Não. Pior do que o romantismo, que foi uma reacção sincera da imaginação. Simbolismo, satanismo, intimismo, teatro de tese, cepticismo de ideias, vício e hipocrisia, monomania livresca, excesso de leitura – e tudo isso complicado com o colarinho, a labita, a tristeza na arte de vestir, a monotonia na arte de pensar, a valsa, o absinto e o delírio da paixão. Estúpido século 19! – grita Daudet. Horrível 1900! – proclama Morand»<sup>28</sup>.

Augusto de Castro ficou, como é natural e então era timbre, muito marcado pela sua passagem pela Universidade. Ainda se respigavam no meio coimbrão numerosas e míticas marcas da prestigiosa geração de setenta, quando entrara ele a respirar o ambiente literário desencadeado na cidade pelos grandes nomes da geração de noventa, num fim de século de reacção idealista anti-positivista, simbolista e impressionista. Nas suas palavras, Coimbra «representava ainda os restos do velho e lendário olimpo de João Penha e Gonçalves Crespo, a cidade dos futricas e da «tia Camela», guitarra e boémia, com ceiatas a desoras, canelão à Porta Férrea – e o velho Dr. Calisto, de esporas e pêra grisalha, a pontificar no Direito Romano (...) com um Quebra Costas literário, poentes em rima, sonetos a

<sup>27</sup> *Sexo 33 ou a Revolução da Mulher (Idílios e Ironias)*, Lisboa, 1933, pp. 164-165.

<sup>28</sup> *Sexo 33*, p. 163. Referência, no primeiro caso, a Léon Daudet, ao seu *Le Stupide XIX Siècle* (1922), e no segundo, ao escritor Paul Morand.

passar pela Estrada da Beira e uma juventude febril, palavrosa, desgredada, a discutir Vítor Hugo e Espronceda, a recitar de cor António Nobre e Verlaine, entre o derriço e o Código Civil»<sup>29</sup>.

Ao chegar a Coimbra, logo lá encontrara um sobrinho do pintor Henrique Pousão, João Lúcio, original poeta, de estilo pletoricamente impressionista, no cruzamentos das tendências decadentistas e simbolistas da época<sup>30</sup>, de quem ficaria inseparável amigo: «vinha de Olhão, com um cesto de figos, as primeiras estrofes do *Descendo* [primeiro livro que publicará, em 1901], (...) e o sotaque algarvio que dava à sua palavra esse acento de beira-mar e de amendoeira em flor», presente em todos os seus versos<sup>31</sup>.

Outra grande referência, quando Castro chegou a Coimbra «com dois compêndios de latim debaixo do braço, dois pêlos no buço e uma capa e batina nova em folha»: Fausto Guedes Teixeira, que «era já o bardo duma geração», pois tinha publicado *Náufragos* (1892), *Livro de Amor* (1894) e *Mocidade Perdida* (1896). Fausto, «poeta dos olhos tristes», hiper-sensível cantor da mulher portuguesa, «refugiado permanente da Melancolia e do Sonho», convivera no Direito com Augusto Gil, e, com pertinência, era visto como um continuador dele e «último descendente de João de Deus na poesia portuguesa»<sup>32</sup>.

Entre os vates coimbrões desse tempo, Afonso Lopes Vieira, que concluiu o curso de Direito em 1900, já então com importante obra poética publicada<sup>33</sup>, é outra privilegiada escolha das evocações de Augusto de Castro, embora nele valorizando, sobretudo, o posterior labor «de restauração dos grandes painéis do nosso génio literário». Mas não só: revisitando Coimbra uma dúzia de anos depois de se formar, o ilustre jornalista, entre tópicas referências a pedras e ruas «impregnadas do espírito da mocidade» académica, há-de regressar às suas «recordações pessoais», ao seu próprio tempo e à sua geração literária, destacando ufanamente, além dos nomes referidos, que ela fora «ainda» a de Carlos de Lemos (que cedo abandonara «as Musas inconstantes»), de Alexandre Braga – Filho, de Teixeira de Pascoaes, de João de Barros, e «de tantos outros» que tinham passado a constituir «uma ala nobre na elite intelectual» do país<sup>34</sup>.

<sup>29</sup> *Viagem no meu jardim*, p. 191.

<sup>30</sup> David MOURÃO-FERREIRA, *João Lúcio Pousão Pereira*, in *Dicionário de Literatura* (Dir. de Jacinto do Prado Coelho), 2.º Vol., Porto, 1978, p. 578.

<sup>31</sup> *Viagem no meu jardim*, p. 191.

<sup>32</sup> *Viagem no meu jardim*, pp. 190 e 193-194.

<sup>33</sup> *Para Quê?* (1897); *Náufrago* (1898); *Auto da Sebenta* (1899).

<sup>34</sup> *Fumo do meu cigarro*, p. 150.

Frise-se todavia que Augusto de Castro reconhecerá que nenhum meio o condicionou mais do que o da sua cidade natal. Nas suas palavras, «como Bolonha na Itália», o Porto tinha continuado, na segunda metade de oitocentos e nas primeiras décadas de novecentos «um centro intelectual de largas e românticas tradições», com «uma boémia literária e artística que Lisboa nunca conheceu»<sup>35</sup>.

Efectivamente, o romantismo conseguiu o “milagre” da associação estreita, no burgo, de comércio e poesia (por vezes com nefastíssimas consequências na felicidade pessoal e no regular curso dos negócios...) <sup>36</sup>, de modo que a Praça Nova ela própria se tornara berço de poetas <sup>37</sup> e ponto de encontro e afirmação da nata de várias gerações literárias <sup>38</sup>. No início dos anos setenta a Praça era já o «grande mentidero do Porto» <sup>39</sup>, tendo-se então convertido, no curto perímetro compreendido entre o *Guichard*, nos baixos do edifício dos congregados, e a livraria Moré, na esquina do Largo dos Lóios, no «ponto predilecto de reunião dos homens graves da política e do jornalismo, da alta mercância tripeira e dos *brasileiros*» <sup>40</sup>.

Precisamente desta zona topográfica e deste meio era originário Amadeu Cunha, nascido em 1878 no seio de uma família da burguesia comercial da cidade. Por sua mãe, aparentava-se com a família do pianista Joaquim de Freitas Gonçalves, de conhecidos comerciantes da Rua Formosa, e com os donos da «Casa Laporte», na Praça Nova, e seu pai, Eduardo Cunha, trabalhou com o cunhado, João Ferreira de Freitas Guimarães, num estabelecimento de família que, sito nesta mesma Praça, deitava as suas portas para a Cerca e para o Passeio das Cardosas: o *Armazém Central – modas e confecções*.<sup>41</sup>

<sup>35</sup> *Viagem no meu jardim*, p. 128.

<sup>36</sup> Cf. Alberto PIMENTEL, *O Porto há trinta anos*, Porto, 1893, pp. 135 e 136; cf. BASTO, Artur de Magalhães – *Figuras literárias do Porto*, Liv. Simões Lopes, Porto, 1947, pp.110-111; estes autores, além dos casos de Faustino Xavier de Novais, Soares de Passos e Guilherme Braga, evocam os de Joaquim Pinto Ribeiro, filho de droguista, António Pinheiro Caldas, mercador de panos, Dias de Oliveira, lojista de ourivesaria, e João Marques Nogueira Lima, editor e director da «Grinalda», ourives.

<sup>37</sup> Alberto PIMENTEL, *A Praça Nova*, ed. da Renascença Portuguesa, Porto, 1916, p. 176, a propósito de poetas que nasceram em prédios confinantes com este espaço público, começa – naturalmente – por evocar António Augusto e Custódio Soares de Passos, filhos do «droguista da Praça Nova», e lembra os casos de José Frutuoso Aires de Gouveia Osório, António Aires de Gouveia e D. Ana Augusta Plácido.

<sup>38</sup> Cf. Alberto PIMENTEL, *A Praça Nova*, ed. cit., pp. 173-179, 201-213, 248-250.

<sup>39</sup> Alberto PIMENTEL, *O Porto há trinta anos*, ed. cit., p. 228.

<sup>40</sup> Artur de Magalhães BASTO, *O Porto do Romantismo*, Coimbra, Impr. da Universidade, 1932, p. 42.

<sup>41</sup> Cf. «O Tripeiro», V Série, Ano VII, n.º 1, 5 de 1951, *Comunicações dos Leitores*, CXL, pp. 23

Nesta emblemática Praça Nova, Eduardo, pai de Amadeu Cunha, conviveu com os íntimos de Freitas Guimarães, frequentemente reunidos a um canto discreto do *Armazém Central* (nomeadamente Constantino Nunes de Sá, o visconde de Barreiros, Pinto Chaim, José Francisco Alves de Brito, o comendador Feiteira, o conde de Alves Machado e Celestino Prata), e conheceu uma selecta clientela, entre a qual se contou o destornado imperador do Brasil e Júlio César Machado, frequentador do estabelecimento sempre que vinha ao Porto <sup>42</sup>. Primo de Tomás Vieira Camacho, «brasileiro» de sucesso, as conversas, as influências e a habitual leitura de cartas de parentes, amigos e afins, embarcados para o novo mundo, contribuíam para manter em sua casa um *décor* no qual se expressava uma lógica de consideração pelo brasileiro benemerente e pelos novos titulados burgueses do liberalismo <sup>43</sup>.

A precoce inclinação literária de Amadeu Cunha ter-lhe-á vindo estimulada, sobretudo, deste seu meio social e familiar, particularmente, quando colegial, da frequência, em férias, da afrancesada Quinta da Formiga, em Vilar do Paraíso, do visconde de Proença Vieira, na qual residia uma prima sua, sorte de dama de companhia da viscondessa, onde se experimentou leitor de Herculano e lhe condicionaram algumas das primeiras escolhas de leitura <sup>44</sup>.

Incontestavelmente, o Porto das últimas décadas do século XIX registava um vivaz movimento intelectual, patente, particularmente, num importante movimento associativo e numa intensa fermentação literária <sup>45</sup>. Ora, a precocidade das primícias literárias de Amadeu Cunha, de Augusto de Castro e de outros escritores coevos, da mesma faixa etária, parece só ganhar plena inteligibilidade no quadro social da vida literária da cidade de então.

e 24 e *ibid.*, n.º 2, 6 de 1951, p. 47. João Ferreira de Freitas Guimarães faleceu solteiro. Uma sua irmã, Maria de Jesus, casou com Giovanni Pecorelli, um napolitano, tenente de infantaria das hostes de Garibaldi e filho do juiz de direito Luigi Pecorelli; estabeleceram-se no Porto, com negócio de especiarias, na casa que denominaram *Casa Confiança*, onde viria mais tarde a ser a camisaria do mesmo nome (cf. Domingos Martins de Oliveira SANTOS, *Campanhã – Vidas trabalhosas*, in «O Tripeiro», V Série, Ano VI, n.º 2, 6 de 1950, pp. 37-38, com as correcções feitas nos números anteriormente indicados).

<sup>42</sup> Cf. «O Tripeiro», V Série, Ano VII, *Comunicações dos Leitores*, CXL, n.º 1, 5 de 1951, p. 23.

<sup>43</sup> Cf. Amadeu CUNHA, *Memórias. Do «Brasileiro» e seus críticos*, in «O Tripeiro», V Série, Ano VIII, n.º 2, 6 de 1952, pp. 48-51

<sup>44</sup> Cf. Amadeu CUNHA, *Memórias. Certa quinta, seus senhores e outra vária figuração*, in «O Tripeiro», V Série, Ano VII, n.º 2, 6 de 1951, pp. 28-30

<sup>45</sup> Cf. Augusto Santos SILVA, *O Porto em busca da Renascença (1880-1911)*, in «Penélope», n.º 17, 1997, pp. 51-69.

Nas vésperas do *Ultimatum* e da publicação dos inovadores *Oaristos*, de Eugénio de Castro, o burgo portuense acompanhava a seu modo e ao seu ritmo a floresta de utopias e novidades literárias que se repercutiam no país. No conhecido momento (1889) em que jovens e promissores estudantes ateavam em Coimbra a “rebelião” simbolista, com as arqui-rivais revistas *Bohemia Nova* e *Os Insubmissos*, na *Invicta*, *Os Novos* de uma outra revista, «bando iconoclasta de antigas teorias», impellido «pela acção positivista do século», continuavam a declamar contra «os jesuítas» e as «teocracias» contemporâneas... Vinham «na revolução» mas não vinham «fazer uma revolução», limitando-se a sublinhar, nas tendas «levantadas dispersamente pelo imenso campo da verdade», os fulgores da «moderna Renascença» em curso <sup>46</sup>. Mas, como bem viu Júlio Brandão, esses eram já tempos em que o naturalismo rompia a blusa <sup>47</sup>...

Assim, ao lado de uma «nova» geração literária do Porto que frequentava as mesas do *Café Portuense* (depois *Suíço*) – Guilherme Braga, Custódio José Duarte, Ernesto Pinto de Almeida, Pedro de Lima, Alexandre da Conceição, José Dias de Oliveira... – ia-se esboçando uma outra «novíssima» geração, simbolista <sup>48</sup>. Neste contexto, numa ambiência de difuso decadentismo, arredando-se das normas habituais, rebeldes e iconoclastas, a cidade vê afirmar-se, em 1893, um grupo de «nefelibatas» <sup>49</sup>, sintonizado com uma geral admiração por António Nobre e pelo *Só* <sup>50</sup>, publicado em Paris no ano anterior. Agora no Porto, tal como nos tempos de Coimbra ou até de Paris, Alberto de Oliveira, amigo do peito, fiel,

<sup>46</sup> Bastava-lhes, por então, evocar «o lábaro insurrecto» erguido por Balzac, Flaubert, Goncourts, Zola, Baudelaire, Eça, Junqueiro e Cesário... Cf. *Os Novos, Revista de Literatura*, Porto, Imprensa Internacional, 1889, n.º 1, pp. 1 e 2. Além dos redactores indicados na capa – Domingos Guimarães, Horácio d' Araujo, Serafim Loureiro e Vital Oudinot –, colaboravam neste número Firmino de Vilhena, Manuel de Moura, Eduardo d' Artayett, João Diogo e Augusto de Mesquita.

<sup>47</sup> *Pharmacia Pires*, Porto, Livraria Chardron, 1896, pp.V-VI. Vale a pena reter algumas outras imagens com que o autor aqui logra magistralmente sintetizar a força das transformações estéticas então em curso no país: «Nas leivas da Arte cahiram sementeiras novas, que o vento do norte trazia nas fortes azas, e que vão germinando em maravilhas. O barro da fôrma amoldou-se admiravelmente às mais difíceis e exquísitas maneiras, aos baixos relevos mais raros, às composições mais inéditas – porque a mão do artista amassava-o e afagava-o com uma liberdade e uma força dominadora e ágil».

<sup>48</sup> Alberto PIMENTEL, *A Praça Nova*, ed. cit., p. 201.

<sup>49</sup> Cf. José-Augusto FRANÇA, *O Romantismo em Portugal*, p. 556. Sobre «Os Nefelibatas» cf. Júlio BRANDÃO, *Galeria das sombras*, Civilização Ed., Porto, s/d., pp. 59-66.

<sup>50</sup> Esta admiração do Porto literário por Nobre e pelo *Só* patenteia-se, nomeadamente, de forma expressiva, em *Preto no Branco, Revista Semanal Ilustrada*, Ano I, n.º 1 (23/2/1896).

sofrido e paciente, continuava a ser talvez o principal urdidor dessa teia de verdadeiro culto à volta do difícil Anto <sup>51</sup>.

Na *Revista D'Hoje* (Porto, 1894), os irmãos Júlio e Raul Brandão consagravam os fundamentos desta nova atitude, e as polémicas literárias, suscitadas pelos novos livros simbolistas, extravasavam para o *Suíço* e para o *Camanho* <sup>52</sup>, cervejaria-restaurant onde à noite se juntava um cenáculo de jovens poetas, assiduamente presidido por Guerra Junqueiro, deste modo se sustentando «galhardamente, na Praça Nova, a tradição literária implantada pelo Guichard» <sup>53</sup>. Mais do que ninguém, Junqueiro luzia então e continuaria a luzir, perante os moços, a «magia dos verdadeiros magos» <sup>54</sup>...

Em 1897, um outro grupo lança a revista *Os Livres* <sup>55</sup>, título significativamente epigrafado com um «*À quoi bon les règles?*». Na direcção desta revista estão Amadeu Cunha, então com 19 anos, seu «fraternal amigo» Augusto de Castro, cinco anos mais novo (!) e a quem aquele dava a mão nos primeiros «vagidos literários» <sup>56</sup>, e o poeta Óscar de Pratt <sup>57</sup>.

Neste mesmo ano os três integram a redacção d' *A Revista Litteraria* <sup>58</sup>, na qual Amadeu Cunha e Augusto de Castro assinam trabalhos emparceirando,

<sup>51</sup> Cf. Guilherme de CASTILHO, *Vida e obra de António Nobre*, Lisboa, Bertrand, 1980, pp. 64, 65 e 163.

<sup>52</sup> Júlio BRANDÃO, *Galeria das sombras*, ed. cit. p. 63.

<sup>53</sup> Alberto PIMENTEL, *A Praça Nova*, ed. cit., pp. 248-249.

<sup>54</sup> Vitorino NEMÉSIO, *O Primado de Junqueiro*, in *Conhecimento de Poesia*, Lisboa, Verbo, 1970, pp. 84-85.

<sup>55</sup> Com redacção na Livraria de Souza Brito & C.ia – Editores, Rua do Almada, 104 a 114, Porto.

<sup>56</sup> A expressão é do próprio Augusto de Castro que, num discurso por ocasião do centenário do *Diário de Notícias*, na homenagem que a si e ao jornal promoveu a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, teve ocasião de evocar as circunstâncias da sua distante iniciação literária, no Porto, com catorze anos feitos (cf. «Diário de Notícias» de 11/11/1964, p. 7). Com dezasseis anos escreveu o seu primeiro livro – *Religião do Sol (Prosas Rusticas)* – exprimindo, por ocasião da publicação (Coimbra, França Amado, 1900), os seus sentimentos de afectuoso reconhecimento a Amadeu Cunha (cf. Pedro Vilas Boas TAVARES, *A propósito da “Religião do Sol”*, in «O Primeiro de Janeiro», 20/3/1985, em *Das Artes / Das Letras*, p. 16).

<sup>57</sup> Óscar de Pratt publicava neste Fasc. I o poema *Alma exangue*, dedicado a Amadeu Cunha; Gonçalves Cerejeira colaborava também com o poema *Tysica*, e, às pp. 13-18, Amadeu Cunha fazia sair um texto seu intitulado *A morrer d'amor*, fragmento de *Vita-Doloris*, livro «em preparação» que, apesar duma insistente atenção dispensada, não chegou – que saibamos – a ser publicado. Nesta altura já Óscar de Pratt se teria tornado amigo do “imberbe” Augusto de Castro. Conta-nos este («Diário de Notícias» de 11/11/64, p. 11) que, por causa de certo agravo estampado num jornal de Viana, o escritor minhoto o desafiara para duelo, mas ao saber a sua verdadeira idade, resolvera, em vez disso, fazê-lo chegar uma caixa de chocolates...

<sup>58</sup> O 1.º número desta revista saiu em 1 de Janeiro de 1897, ostentando como director artístico Ernesto de Meirelles e como directores literários Carvalho e Mello e Pereira de Lemos; a redacção e

entre outros, com colaborações de Teófilo Braga, Lopes de Mendonça, Augusto Gil, Olavo Bilac, Mayer Garçon e do pintor Acácio Lino.

No número segundo d' *A Revista Litteraria*, Amadeu Cunha embrenhava-se em delicadas esferas, insurgindo-se contra certo burguesismo acomodaticio prevalecente na crítica de arte, ao mesmo tempo que chamava a atenção para o talento do futuro director artístico d' *A Águia*<sup>59</sup>. No ano anterior, António Carneiro concluiu na Academia Portuense de Belas Artes o seu curso de pintura e estava agora de partida para Paris. Era então uma promessa, mas um desconhecido, pelo que o jovem crítico, sintonizando certamente com a aguda sensibilidade do pintor, expressa num gosto e num imaginário simbolista e crepuscular, apontava dedo certo ao futuro<sup>60</sup>. Nos números seguintes (3, 4 e 5) era a vez de se manifestar a irreverência crítica de Augusto de Castro, particularmente flagelando o que ele considerava ser o tacanhismo intelectual de Fernandes Costa<sup>61</sup>, enquanto Amadeu Cunha, numa prosa burilada e crua, continuava a publicar fragmentos de uma *Vita-Doloris* nos quais latejavam sentimentos de comisseração e protesto por aqueles seus semelhantes que em *bas-fonds* e trapeiras iam vegetando, à margem de toda a consideração e progresso social<sup>62</sup>. Acompanhado da efígie do poeta, releve-se ainda, no 5.º número, um artigo altamente elogioso de António Feijó, assinado por Silva Campos, valorização significativa<sup>63</sup> em que esta revista aparece sintonizada com a já referida, «internacional» e plurilingue *Arte*, de Coimbra, que tão importante papel desempenhou na afirmação e evolução do simbolismo em Portugal<sup>64</sup>.

administração eram na Rua de S. Lázaro, 165, Porto, e a editora era a Galeria Bijou de Alfredo Navarro d'Andrade, Rua dos Caldeireiros, 24, Porto. A revista pretendia então ser bi-mensal; nesta estreia publicava-se um trabalho de Júlio de Lemos, datado de Viana, de 1894. A partir do n.º 3 (Maio de 1897) a revista passou a mensal. No 2.º número (15/1/1897) indicava-se como depositária a Livraria de Souza Brito & C.ia, na Rua do Almada, nova sede da redacção e da administração, mas o número duplo (4 e 5) já indicava outra sede, na Rua de Cimo de Vila, 73, Porto, e outro director artístico, Vasco Ferreira.

<sup>59</sup> Cf. *Carneiro Junior*, p. 23. Neste número vem o seu retrato feito por Acácio Lino.

<sup>60</sup> Como nos foi recentemente lembrado, só a partir da década de 10-20 o pintor «encontrou o clima propício ao exercício pleno da sua actividade», tendo a sua primeira exposição individual tido lugar no Porto em 1901 (Bernardo Pinto de ALMEIDA, *op. cit.*, p. 69).

<sup>61</sup> Cf. *A crítica entre nós*, «*Revista Litteraria*», n.º 3, pp. 36 e 37; continuação no n.º 5, pp. 73-75.

<sup>62</sup> Começada a publicação em «*Os Livros*», novos fragmentos, publicados sob o título *A Carne*, nos números 3 e 4 desta revista, davam conta da atribulada vida de uma anódina prostituta que, a páginas tantas, se amancebrou com um homem da capital.

<sup>63</sup> Cf. Maria de Lourdes BELCHIOR, *Os Homens e os Livros, II*, Ed. Verbo, Lisboa, 1980, pp. 115-117.

<sup>64</sup> Urbano Tavares RODRIGUES, «*A Arte*», in *Dicionário de Literatura cit.*, 1.º Vol., p. 68. Nesta *Revista Internacional* (1895-1896), atente-se, no n.º 2, à publicação da *Canção do exílio*, de António Feijó.

É saudosíssima a evocação de Augusto de Castro das suas relações, amizades e companheiros de «iniciação» nas lides literárias desse tempo.

Lembra, com especial ênfase, que fora então que travara relações de amizade – que nunca haviam afrouxado – com Carlos Malheiro Dias. No Porto, ainda estudante de liceu, na companhia de Amadeu Cunha, Malheiro Dias e de mais alguns desaparecidos companheiros nomeados, mais do que uma vez havia acompanhado António Patrício à Cordoaria, para, ao abrigo dos plátanos e das camélias, esse «D'Artagnan do paradoxo» declamar *coram populo* «os seus primeiros versos simbolistas»<sup>65</sup>... Fora amigo dele – podia dizer-se – «de infância» e sempre lhe admirara a sua estrutural originalidade, embora o «culto nietzchiano da vida» e ligeira impertinência de feito lhe colecionassem inimizades no burgo<sup>66</sup>...

Uma vez estudante de Direito em Coimbra, Augusto de Castro, vindo de férias à sua cidade, continuava a rumar à Praça Nova, ao *Cama-nho*, onde se encontrava, «às tardes», com os seus amigos Amadeu Cunha, António Patrício (na altura a cursar a Escola Médica), Rodrigo Solano e Justino de Montalvão (companheiro de lazer de Anto, nas tardes de Leça). Entre os frequentadores de então, estavam João Grave e Joaquim Leitão, além de Justino, Eduardo D'Artayet e Júlio Brandão, estes últimos vindos do grupo juvenil de Nobre, «rapaziada das letras» que já anteriormente rondava a porta do estabelecimento e frequentava o Palácio de Cristal<sup>67</sup>.

Na companhia de Amadeu Cunha frequentava Augusto de Castro – «quase imberbe» mas singrando já numa promissora carreira jornalística – as «tempestades líricas» do Teatro de S. João, onde os desempenhos das cantoras de ópera suscitavam por vezes ruidosos partidarismos, como quando Eduardo D'Artayett, «esguio como um D. Quixote, recitava da plateia estrofes inflamadas às cantoras italianas»<sup>68</sup>. Nessas noites de ópera, além dos referidos D'Artayett, Júlio Brandão, Joaquim Leitão e António Patrício, o leque de convivência alargava-se a Ricardo Malheiros, ao jovem ensaísta Paulo Osório, ao escultor Teixeira Lopes, ao engenheiro António Arroio, ao mestre de piano Ernesto Maia, a José de Figueiredo, então crítico de arte no *Janeiro*, e ao pintor António Carneiro, já devolvido à cidade<sup>69</sup>.

<sup>65</sup> *Viagem no meu jardim*, p. 129.

<sup>66</sup> *Viagem no meu jardim*, p. 145.

<sup>67</sup> Guilherme de CASTILHO, *op. cit.*, p. 24.

<sup>68</sup> *Viagem no meu jardim*, p. 131.

<sup>69</sup> Amadeu CUNHA, *Memórias. O "S. João", nos seus últimos e grandes tempos*, in «O Tripeiro», V Série, Ano VI, n.º 12, Abril de 1951, pp. 270-271. Além de evocar este grupo, o autor lembra outras individualidades que então, com regularidade, encontrava no S. João: o caricaturista Manuel

Castro fornece mais algumas referências do tempo colectivo evocado: Agostinho de Campos escrevia os seus primeiros ensaios críticos, Antero de Figueiredo, «fugido de Lisboa», ia em breve «naturalizar-se portuense», Ricardo Jorge «ainda pontificava na Livraria Lello», e... Junqueiro, plenamente adoptado pelos portuenses, «ia e vinha», dividido entre Freixo-de-Espada-à-Cinta, as frequentes «peregrinações» por Espanha e as suas colecções de arte instaladas no burgo <sup>70</sup>.

Uma outra grande personalidade marcara este Porto das evocações de Augusto de Castro e Amadeu Cunha: Ramalho. Demos mais uma vez a palavra ao primeiro, que teve oportunidade de privar com o autor de *John Bull* e o haverá de recordar, a um ano da sua morte.

Segundo o diplomata, a cidade conservará por muito tempo a lembrança do «andar sonoro e forte de Ramalho» na calçada das suas ruas. De quando em vez «ressurgia na Rua de Santo António com um bengalão de junco, o cordão das lunetas à Segundo Império e o seu jaquetão inglês, às riscas. Descia vagarosamente da Praça da Batalha, parava um momento à porta do Camanho – por onde passaram três gerações de escritores – e partia para Carreiros respirar o mar» <sup>71</sup>.

Augusto de Castro recordava particularmente uma lição que – sem sucesso – ele e Antero de Figueiredo haviam recebido de Ramalho: a andar correctamente – «direito, firme, forte», andar «não é apenas um exercício, é uma escola, (...) educa-se a espinha, enrijecem-se os rins e tempera-se a alma» –, pois eles, como a maioria dos portugueses, não sabiam andar, arrastavam-se <sup>72</sup>...

Este instantâneo sublinhava, na pena do memorialista, a tópica ideia de decadência, de um povo e de uma geração...

É absurdo crer que Augusto de Castro ou Amadeu Cunha tenham formado uma ideia panfletariamente primária sobre o Século em que haviam nascido, sem valorizarem todas as suas complexas transformações emancipadoras. Nele haviam crescido e – como vimos – amavam-no com terna saudade. No entanto, a verdade é que, também entre nós, nos meados da segunda década do Século XX, se vinha tornando lugar comum certo

Monterroso, os médicos Eduardo Pimenta, João Novais, Félix de Magalhães, Eduardo de Sousa e Júlio de Araújo, o jornalista e professor Álvaro de Castro Neves, António Viana, Luís Costa, Jaime Valado e o Major Arriscado, da polícia.

<sup>70</sup> *Viagem no meu jardim*, pp. 129-130.

<sup>71</sup> *Viagem no meu jardim*, p. 128.

<sup>72</sup> *O fumo do meu cigarro*, p. 180.

denegrimiento da herança romântica e do decadentismo de fim-de-século, em nome de uma alegadamente tonificante reacção do instinto, da força, da alegria, da juventude... como forças sufocadas ou infra-valorizadas...

Assim, em 1916, referindo-se à morte de D. João de Menezes, fidalgo *viveur* e personalidade brilhante da sociedade portuense, Castro chama-lhe «derradeiro abencerragem da última geração que em Portugal teve mocidade», precisando: «Nós todos, os que viemos depois disso, nascemos decrépitos e graves: a educação e a tristeza espalharam-nos a velhice pela vida toda. Em lugar de nos ensinarem a guiar cavalos, a amar as mulheres e a dominar os músculos, ensinaram-nos, aos dez anos, a decorar versos de Heine. Pobre geração que nós somos, imaginativa e artificial!» <sup>73</sup>.

Encarecimentos próprio e de estilo à parte, desta forma se iam justificando, literariamente, a evolução mental e o novo activismo sócio-político de bom número de intelectuais, acordados para as letras depois de consumada a vitória da “rebelião” simbolista? Assim parece...

No entanto, como teremos feito notar, no angustiante quadro da Primeira Guerra ou no ambiente de «fim-de-século» e crise que se volta a viver na Europa dos anos trinta e precede a Segunda <sup>74</sup>, estes dois autores aqui postos em destaque – à sua escala – são expressão e claramente se enquadram numa difusa e natural reacção de cultura aos paganismos e anti-humanismos então (e de outras formas hoje...) ameaçadores da consciência cristã e da tradição personalista do Velho Continente.

PEDRO VILAS BOAS TAVARES

Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade (U.P.)  
Centro de Estudos do Pensamento Português (U. Católica)

<sup>73</sup> *O fumo do meu cigarro*, p. 201.

<sup>74</sup> Cf. Michel BRESSOLETTE, *Fin de civilization et rupture avec le désordre établi. Quelques témoins en 1930: Maritain, Mounier et Maulnier*, in AA. VV., *Fins de Siècle* (coord. de Pierre Citti), Bordéus, 1990, pp. 349-357.